

O Jornal do CFO se rende aos encantos e aos números. As mulheres, que já representam 67% dos formandos em Odontologia, são maioria também entre os cirurgiões-dentistas, auxiliares de consultório dentário e técnicos em higiene dental – a única exceção são os técnicos em prótese dentária.

Pelo Dia Internacional da Mulher (8 de março), nossa homenagem a todas as profissionais que trabalham para tornar o sorriso do brasileiro mais belo e saudável.



Reforma agrária com saúde bucal

No dia 4 de março, o Conselho Federal de Odontologia deu um importante passo no sentido de garantir que a atenção em saúde bucal seja um item prioritário no projeto de reforma agrária desenvolvido pelo governo Lula.

Em encontro com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, o presidente do CFO, Miguel Nobre, apresentou a proposta de levar saúde bucal aos 5 mil assentamentos da reforma agrária em todo o país. A idéia é criar serviços de saúde bucal para as famílias de agricultores assentadas. A ação seria realizada paralelamente ao Programa de Interiorização dos Trabalhadores na Saúde. “O Conselho quer ajudar a melhorar as condições de saúde dos assentados da reforma agrária”, disse Nobre.

A proposta foi bem recebida pelo ministro. De acordo com Rossetto, a idéia vai ao encontro do trabalho que vem sendo realizado pelo ministério e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no sentido de melhorar a qualidade de vida nos assentamentos.

PÁGINA 3



O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, ouve do presidente Miguel Nobre a proposta do CFO

3 Programa federal

Lula lança em Sobral o Programa Nacional de Saúde Bucal

5 Uso da analgesia

CFO promove no Rio fórum nacional para discutir o tema

8 Integração

Odontologia unirá países de língua portuguesa em nova entidade



O lobby saudável

Dr. Miguel Nobre
Presidente do CFO

Há 14 anos o senador Marco Maciel apresentou projeto de lei regulamentando a prática do lobby no Brasil, mas o PL até hoje está parado na Câmara dos Deputados. Ironia do destino, foi preciso estourar o caso Waldomiro – ex-assessor parlamentar do ministro José Dirceu flagrado por câmeras de TV pedindo propina a um empresário do ramo do jogo para campanhas eleitorais em 2002 – para que o assunto voltasse à tona, dessa vez associado ao debate sobre a reforma do sistema político.

A verdade é que tal regulamentação mexe com interesses muito poderosos que costumam freqüentar, às escondidas, os corredores do Legislativo e do Executivo.

Lobby, na definição do Aurélio é a “pessoa ou grupo que, nas ante-salas do Congresso, procura influenciar os representantes do povo no sentido de fazê-los votar segundo os próprios interesses ou de grupos que representam”. O problema é que no Brasil há lobistas que não usam apenas os argumentos honestos... Enquanto o lobby é regulamentado nos EUA e oficialmente aceito na União Européia, aqui sua prática costuma misturar tráfico de influência e corrupção.

Pois é aí que mora a injustiça: a não-regulamentação do lobby contribui para que a população que acompanha o noticiário imagine que todos que fazem lobby no país o fazem na linha do “toma lá, dá cá”. Isso é misturar o joio com o trigo!

Há quatro anos, o Conselho Federal de Odontologia vem realizando um lobby saudável junto ao Congresso e ao Governo Federal, sempre em defesa de projetos de lei que proporcionem melhores condições de trabalho aos nossos profissionais e, sobretudo, de atendimento à população. Algumas conquistas foram obtidas, inclusive em parceria com as entidades odontológicas e outros conselhos profissionais, como no caso do duplo vínculo empregatício no serviço público. Outras estão a caminho.

Precisamos, portanto, regulamentar o lobby para que ninguém mais tenha dúvida de que o Congresso é a Casa do Povo e de que tanto parlamentares como governantes são nossos representantes e devem ser cobrados por isso. Afinal, a democracia não é exercida apenas na hora de votar. Temos que participar.

FALE COM O PRESIDENTE DO CFO
presidente@cfo.org.br

NOTAS

Gerenciamento de resíduos

Terminou no dia 5 de março o prazo para os consultórios odontológicos se adaptarem à nova resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre gerenciamento de resíduos sólidos de saúde (RSS).

Para minimizar a produção de resíduos e proporcionar a eles um encaminhamento mais eficiente e seguro, a Diretoria Colegiada da Anvisa aprovou, em 2003, a resolução número RDC-33. Ela estabelece a elaboração de um Plano de Gerenciamento de Resíduos para estabelecer as diretrizes de manejo dos resíduos de acordo com suas características e volume.

Os que não obedecerem à resolução estão sujeitos às penalidades previstas na lei nº 6.437 de 20/08/1977, que fixa a multa de R\$ 2.000,00 a R\$ 1.500.000,00, de acordo com o porte do estabelecimento.

Resultados do Provão

Entre os 26 cursos avaliados no último Exame Nacional de Cursos (Provão), a Odontologia mais uma vez se destacou com a maior média geral: 56. Cerca de 423 mil formandos de todo o país participaram do Provão 2003. Os resultados, divulgados em dezembro, mostram que somente as médias gerais de Odontologia e Fonoaudiologia ficaram acima de 50.

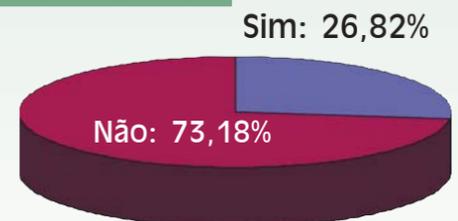
Esta edição do Provão foi a última nos moldes como era realizado até então. A partir deste ano, o Ministério da Educação promete reformular a avaliação do ensino superior para estabelecer critérios mais completos para a classificação dos cursos.

Lula está cumprindo

Desde que assumiu o governo, Lula promoveu o aumento de 26% no número de Equipes de Saúde Bucal do Programa de Saúde da Família. O aumento geral foi de 35%.

SUA OPINIÃO

O CFO perguntou na edição passada: “Você acha que o Estatuto do Idoso será cumprido à risca?”. Veja a resposta da classe:



O CFO quer **Sua Opinião** na próxima edição: “Você gostaria de receber um modelo de Prontuário Odontológico elaborado pelo CFO?”

Participe: www.cfo.org.br



Av. Nilo Peçanha,
50 - Grupo 2316
CEP 20044-900
Rio de Janeiro/ RJ

Tels: (21) 2262-0369 e 2262-0419
Fax: (21) 2262-4681 e 2524-0042
E-mails: cfo@cfo.org.br
Site: www.cfo.org.br

Sede no DF: SHC-AO-Sul-EA-02/08-
Lote 05 - Ed. Terraço Shopping,
Torre A/sala 207 - Bairro Otogonal
CEP 70660-020 - Brasília/ DF
Telefone: (61) 234-9909 Fax: 226-1737

Editor e Jornalista Responsável:
Marcelo Pinto (MTB 19936)
Repórteres: Ana Freitas e Vitor Fraga
(Rio); Fábio Marçal (DF)

Sol Comunicações Ltda.

Fotografia: Descrição da Imagem
(Vanor Correia, Nando Neves e
Aguinaldo Ramos)

Projeto Gráfico e Edição de Arte:
Metara Comunicação Visual
(estudiometara@terra.com.br)

Assessoria, Divulgação e Publicidade
Roberto Fonseca - (21) 9965-2617
Perfil Impresso Assessoria
e Planejamento Gráfico Ltda.

DIRETORIA

Presidente

Miguel Álvaro Santiago Nobre
(Rio Grande do Sul)
E-mail: presidente@cfo.org.br

Vice-Presidente

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
(Mato Grosso do Sul)
E-mail: vice-presidente@cfo.org.br

Secretário-Geral

Marcos Luis M. de Santana (Sergipe)
E-mail: secretario@cfo.org.br

Tesoureiro

Lester Pontes de
Menezes a(Rondônia)
E-mail: tesoureiro@cfo.org.br

Conselheiros

Emanuel Dias de Oliveira e Silva
(emanuel@cfo.org.br · Pernambuco) José
Mário Morais Mateus
(josemario@cfo.org.br · Minas Gerais);
Mário Ferraro Tourinho Filho
(marioferraro@cfo.org.br · Bahia)
Roberto Eluard da Veiga Cavali
(robertocavali@cfo.org · Paraná);
Rubens Côrte Real de Carvalho
(rubenscorte@cfo.org.br · São Paulo)

Anísia Maria Fialho Abdala (MA)
Benício Paiva Mesquita (CE)
Genésio Pessoa de A. Júnior (TO)
Hildeberto Cordeiros Lins (AL)
Jorge dos Passos Corrêa Cobra (SC)

José Alaor Demartini Penna (MT)
José Ferreira Campos Sobrinho (RN)
Laércio Villela Barros (ES)
Lucimar de Sousa Leal (PI)
Manoel Leopoldo Filho (RR)
Maria Carmen de A. M. Jardim (PB)
Maria Izabel de Souza Á. Ramos (AP)
Marluiz Nunes de Freitas (AC)
Messias Gambôa de Melo (PA)
Omar José da Silva Júnior (DF)
Rutílio Caldas Pessanha (RJ)
Selene Machado Costa Guedes (AM)
Wilson Carneiro Ramos (GO)

Sugestões e colaborações
para o Jornal do CFO
E-mail: jornal@cfo.org.br



Esta autarquia federal, auditada pelo Tribunal de Contas da União, atesta que o Jornal do Conselho Federal de Odontologia possui tiragem de 260 mil exemplares, distribuídos para todos os profissionais de Odontologia inscritos nos Conselhos Regionais, bem como para associações científicas, academias, sindicatos, federações sindicais, universidades, centros de ensino, Congresso Nacional e órgãos da Saúde, Educação e Trabalho ligados às esferas municipal, estadual e federal.

Artigos assinados podem não refletir, necessariamente, a opinião do CFO e são de inteira responsabilidade dos autores.

Saúde bucal para os assentados

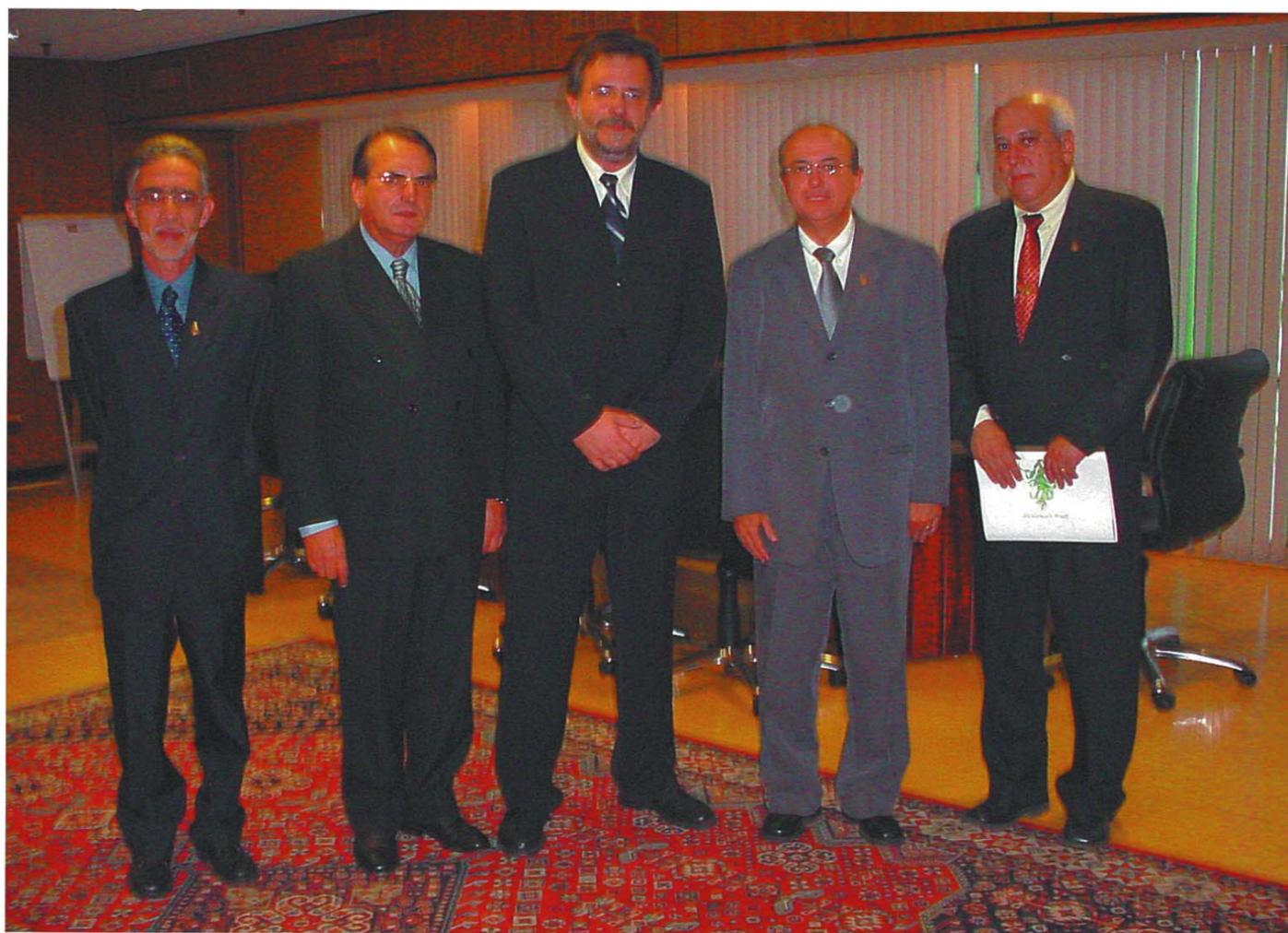
CFO apresenta ao ministro Miguel Rossetto proposta para levar saúde bucal aos assentados da reforma agrária

O presidente do Conselho Federal de Odontologia, Miguel Nobre, apresentou no dia 4 de março ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, uma proposta para levar saúde bucal aos 5 mil assentamentos da reforma agrária em todo o país. A idéia criar serviços de saúde bucal para as famílias de agricultores assentadas. A ação seria realizada paralelamente ao Programa de Interiorização dos Trabalhadores na Saúde. “O Conselho quer ajudar a melhorar as condições de saúde dos assentados da reforma agrária”, disse Nobre.

A proposta foi bem recebida pelo ministro. De acordo com Rossetto, a idéia vai ao encontro do trabalho que vem sendo realizado pelo ministério e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no sentido de melhorar a qualidade de vida nos assentamentos.

A atual diretoria do CFO, reeleita em 2003 para um novo mandato, defende há quatro anos o ingresso dos milhares de cirurgiões-dentistas que se formam anualmente no Programa de Interiorização dos Trabalhadores na Saúde. Em diversas ocasiões, o presidente Miguel Nobre afirmou que o maior problema da Odontologia está na concentração de profissionais nos grandes centros, ao passo que a maioria dos municípios do interior do país continua excluída do atendimento odontológico público e de qualidade. A expectativa da diretoria do CFO é de que o encontro com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, venha a ser o início de um diálogo que se traduza, em um futuro breve, em um acordo histórico para a classe odontológica e, sobretudo, para esta parcela da população brasileira tão carente de atenção odontológica.

Também participaram da reunião, no gabinete do ministro, em Brasília, o vice-presidente do CFO, Ailton Rodrigues, o superintendente executivo, Márcio Coimbra, e o procurador jurídico, José Alberto Cabral Botelho.



Ministro Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário), ao centro, após receber proposta do Conselho Federal de Odontologia

Programa Nacional de Saúde Bucal

Lula lança programa dia 17 de março

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançará, no dia 17 de março, em Sobral, no Ceará, o Programa Nacional de Saúde Bucal. A informação foi confirmada no dia 3 de março pelo coordenador de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, Gilberto Pucca, em reunião, em Brasília, com o presidente do Conselho Federal de Odontologia, Miguel Nobre; o vice, Ailton Rodrigues, e o superintendente executivo, Márcio Coimbra.

O programa está sendo elaborado com base no mais completo levantamento epidemiológico da saúde bucal da população brasileira já realizado. “O programa demonstra o compromisso assumido com a categoria pelo presidente Lula quando tomou

posse, de que daria ênfase à saúde bucal. Nunca houve tanta verba e tanta disposição nesse sentido”, comentou Miguel Nobre.

Em 2002, o governo federal investiu R\$ 52 milhões em saúde bucal. No ano passado, o valor subiu para R\$ 93 milhões. Segundo Pucca, a previsão de gastos até 2006 é de R\$ 1,3 bilhão. Os representantes do CFO levaram sugestões ao programa, que serão entregues formalmente ao ministro Humberto Costa na próxima semana.

Na reunião, Gilberto Pucca confirmou também a realização da 3ª Conferência Nacional de Saúde Bucal, entre os dias 1º e 4 de julho, em Brasília. Será a maior reunião de representantes da categoria já feita no país. A diretoria do CFO aproveitou o encontro para reforçar a disposição do Conselho em ter um assento da categoria no Conselho Nacional de Saúde.



Coord. de saúde bucal do MS, Gilberto Pucca, entre o pres. CFO, Miguel Nobre, e o vice, Ailton Rodrigues

Odontologia se fez ouvir na 12ª CNS



A partir da esquerda: Carlos Tibúrcio (assessor Pres. da República), Ailton Rodrigues (vice CFO), Lester de Menezes (tesoureiro CFO), Humberto Costa (ministro da Saúde), Eduardo Amorim (sec. Saúde Sergipe), e Marcos Santana (secretário-geral CFO)

O CFO participou ativamente das discussões e deliberações da 12ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília de 7 a 11 de dezembro

O vice-presidente do CFO, Ailton Rodrigues, o secretário-geral Marcos Santana, o tesoureiro Lester de Menezes, o conselheiro Mário Ferraro, o presidente do CRO-SE Augusto Tadeu Ribeiro Santana e a representante do CFO na Fentas (Federação das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Saúde), Graçara Azevedo, reforçaram o coro da Odontologia por mais espaço no Siste-

ma Único de Saúde e, particularmente, no Programa Saúde da Família.

A conferência, que teve aproximadamente três mil participantes além de cerca de mil observadores e convidados, pela primeira vez teve a presença do presidente da República na abertura e no encerramento.

O evento também promoveu encontros de personalidades destacadas da saúde brasileira. Um deles foi protagonizado pela diretoria do CFO e o ministro da Saúde, Humberto Costa, que estava acompanhado do assessor da presidência da República, Carlos Tibúrcio. Na ocasião, o ministro reiterou seu compromisso de colocar em prática as deliberações da 12ª CNS.

Em seu discurso de abertura, Humberto Costa aproveitou para fazer um balanço do primeiro ano de governo, quando foram investidos R\$150 milhões a mais em serviços de Atenção Básica, direcionados R\$368 milhões a mais ao Programa de

Debates e eixos temáticos

Dez eixos temáticos nortearam discussões através de debates e palestras que duraram cerca de 30 horas. O debate sobre o Financiamento do SUS foi o que atraiu mais participantes e a discussão sobre o descumprimento da Emenda Constitucional nº29 foi enriquecida pelos dados do secretário executivo do Ministério da Saúde, Gastão Wagner. Ele alertou que 17 estados e 41% dos municípios ignoram a emenda que vincula recursos para a saúde.

Já o médico e professor da USP Gilson Carvalho ressaltou que os dois grandes obstáculos do SUS são "a insuficiência dos recursos e a ineficiência do seu uso". Segundo ele, o total de US\$300 por habitante/ano gasto no Brasil com a saúde é pouco, principalmente se comparado aos US\$1.000 gastos em Portugal ou aos US\$4.450 gastos nos EUA. "A sabedoria é milenar: precisamos gastar bem o pouco que se tem, sem abandonar a luta para se ter mais", comentou.

No eixo temático "O Trabalho na Saúde", a secretária de Gestão do Trabalho e Educação do Ministério da Saúde, Maria Luiza Jaegger, apresentou os números de empregos na área e mostrou que o setor público é responsável por 54,7% do total de profissionais de saúde, o que representa mais de um milhão de profissionais. Outros números do SUS foram

apresentados na mesa-redonda sobre a organização da atenção à saúde. Com 63.662 unidades ambulatoriais, são realizados 169 milhões de procedimentos por mês no Sistema Único de Saúde, mas a falta de verbas voltou a ser destacada durante as discussões. O médico Mário Scheffer, do Fórum Nacional de Pessoas Portadoras de Deficiências e Patologias alertou que em 2003, por exemplo, o SUS deveria ter recebido R\$225 milhões pelo atendimento de usuários de planos privados, no entanto, apenas R\$45 milhões foram repassados.

Plenária final

Das 900 emendas e mais de 4 mil destaques resultantes das discussões, foram escolhidas as propostas mais polêmicas para serem votadas, uma vez que a votação de tantos pontos seria inviável em tão curto tempo. Porém, as demais emendas serão enviadas aos delegados por correio para que votem item por item. Algumas das propostas polêmicas votadas foram a descriminalização do aborto e a extinção do projeto de lei que regula o Ato Médico – que foram rejeitadas – e a contratação de agentes por processo seletivo público, que foi aprovada. Agora, as propostas passarão pelo Conselho Nacional de Saúde para a aprovação.

Saúde da Família – o que resultou num aumento de 35% no número de equipes do programa e de 26% nas equipes de saúde bucal – e ampliado o acesso da população a medicamentos para hepatite e Aids.

Uma das promessas do governo Lula é chegar até 2007 com uma equipe odontológica para cada equipe do PSF. Os re-

presentantes da Odontologia mostraram na 12ª CNS que isso exigirá mais investimento na interiorização de profissionais e capacitação de auxiliares de consultório dentário, integrantes da Equipe de Saúde Bucal que ainda se encontram em número insuficiente frente à demanda prevista.

Ciosp reúne mais de 50 mil pessoas

Com 50.648 inscritos, o 22º Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo (Ciosp) comprovou que é um dos mais importantes congressos de Odontologia do mundo. Além de ter feito parte das comemorações oficiais dos 450 anos de São Paulo, o encontro, em sua noite de abertura no dia 24 de janeiro, contou com a presença de autoridades como o vice-presidente da República, José Alencar, o vice-governador do estado, Cláudio Lembo, a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, o secretário estadual de Saúde, Luiz Roberto Barradas Barata, o chefe de gabinete do Ministério da Saúde, Antônio Alves, e o presiden-

te do Conselho Federal de Odontologia, Miguel Nobre, além de deputados e representantes de entidades odontológicas.

Além da programação científica, que lotou auditórios com o tema "Odontologia, porque o mundo precisa sorrir!", a 7ª Feira Internacional de Odontologia de São Paulo, que ocorreu paralelamente, reuniu 253 empresas regionais e 95 internacionais. Durante o evento, foram apresentadas as últimas novidades do setor odontológico e fechados muitos negócios. "É impressionante ver a grandeza e a importância desse evento, que nada fica a dever a qualquer evento do mundo", comentou durante sua visita à 7ª Fiosp o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.



Miguel Nobre, presidente do CFO (segundo a partir da direita), ao lado do presidente da ABCD, Luciano Artioli

Uso da analgesia é tema de fórum

Vanor Correia



Opiniões se dividem sobre o uso da analgesia na Odontologia

Evento nacional será promovido pelo CFO nos dias 25 e 26 de março, no Rio

Segundo o artigo 6º da lei 5081/66, compete ao cirurgião-dentista “empregar a analgesia e hipnose, desde que comprovadamente habilitado, quando constituírem meios eficazes para o tratamento”. A odontologia brasileira vem utilizando de forma crescente o gás de óxido nitroso para produzir analgesia, seguindo o exemplo dos Estados Unidos, onde 70% dos CDs usam este meio de sedação. Por aqui, a analgesia – seja através do óxido ou de outros fármacos – está tão disseminada que começa a suscitar cobranças, dentro da classe, por uma legislação mais completa sobre o assunto.

Em função do tema, por si só re-

levante, estar provocando tanta controvérsia, o Conselho Federal de Odontologia ouviu as entidades interessadas e decidiu pela organização do “Fórum sobre o Uso da Analgesia em Odontologia”, a ser realizado no Rio de Janeiro entre os dias 25 e 26 de março. O evento conta com o apoio dos 27 Conselhos Regionais e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. “Dependendo das conclusões finais, nos empenharemos para que a Anvisa normatize o uso e o CFO, com certeza, normatizará os cursos formadores”, antecipa o presidente do CFO, Miguel Nobre, que também coordenará o fórum.

Nos CROs, o debate teve início através dos fóruns regionais, que estão reunindo subsídios a serem apresentados na edição nacional. Quem acompanhou o do CRO-DF, que contou com a presença de um farmacologista, um jurista e um CD com 10 anos de expe-

riência com óxido nitroso, percebeu como o assunto é mais complexo do que parece. Uma das conclusões é que a discussão deve ir além do uso ou não do óxido nitroso. E que a sedação é utilizada não para anestésiar, mas para “quebrar a ansiedade” do paciente. “O CD pode fazer sedação consciente, seja com óxido nitroso ou qualquer outro fármaco, porque a lei é favorável e isso acaba com a polêmica de que seria necessária a presença de um anestesista no consultório”, afirma o presidente do CRO-DF, João Batista Neto. Nesse sentido, defendeu-se que a sedação consciente seja regulamentada pelo CFO. “Seria uma forma de fiscalizar e inibir os cursos de finais de semana”, completa o presidente do CRO-DF, salientando que nos EUA tais cursos têm piso de 500 horas.

A discussão promete esquentar.

Em defesa da Odontologia



CFO e CRO-PB são recebidos no gabinete do deputado Benjamim Maranhão

Seguindo sua rotina de defesa de uma odontologia para todos, a diretoria do CFO, representada pelo vice-presidente Ailton Rodrigues e o procurador jurídico José Cabral, esteve reunida na segunda quinzena de fevereiro com o vice-presidente da República, José Alencar, para solicitar seu apoio aos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que qualificam a oferta de atendimento odontológico no território nacional. Alencar declarou seu apoio integral às lutas empreendidas pela classe, entre elas a elaboração de normas mais rígidas para a abertura de cursos de odontologia.

Do Executivo para o Legislativo

Após a audiência com José Alencar, o CFO foi ao encontro do Legislativo. Representado agora também pelo tesoureiro Lester de Menezes e o procurador jurídico Luiz Gravatá Maron, e acompanha-

do do CRO-Paraíba, através de seu presidente, Leonardo Cavalcanti, o CFO esteve com o deputado federal Benjamim Maranhão (PMDB-PB), relator do PL 5845/01, que dá maior poder de fiscalização aos Conselhos de Odontologia e do PL 1140/03, que regulamenta as profissões de Técnico em Higiene Dental e Auxiliar de Consultório Dentário. O deputado adiantou que dará parecer favorável aos dois PLs. Seu empenho pode ser medido pelo fato de que foi ele quem solicitou a relatoria do PL 5845/01. Em seguida, CFO e CRO-PB encontraram-se com o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), que garantiu apoio aos citados PLs quando estes forem para votação no Senado.

A deputada federal e virtual candidata à prefeitura do Rio de Janeiro, Denise Frossard (PSDB-RJ), também recebeu os representantes da Odontologia, que a convidaram para a solenidade de 40 anos de criação dos Conselhos de Odontologia.

CFO leva anteprojeto dos conselho federais

Já nos primeiros dias de março, o CFO voltou ao Congresso, representado por seu presidente, Miguel Nobre, o vice, Ailton Rodrigues, o superintendente executivo, Márcio Coimbra, e o procurador jurídico, José Alberto Cabral. Desta vez, o encontro foi com o deputado Darcísio Perondi (PMDB), que tem sido um dos principais representantes dos CDs na Câmara dos Deputados.

Outra aliada que recebeu o CFO foi a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), para quem foi apresentada a proposta de anteprojeto de lei definido no Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas, que pretende preencher o vazio hoje existente na legislação em relação à fixação de valores de anuidades, emolumentos e preços de serviços pelas entidades de fiscalização do exercício profissional. A deputada prometeu examinar a proposta e apresentar suas sugestões num próximo encontro com a diretoria do CFO e também com demais parlamentares e entidades.

O mesmo tema foi tratado com o novo líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (SP), também conhecido por sua participação nos principais temas

de interesse da classe odontológica, como a sua defesa em favor de um maior controle das faculdades de medicina e odontologia e da formação de novos profissionais. Chinaglia prometeu examinar os aspectos centrais do anteprojeto junto com a assessoria jurídica da liderança do PT e sugerir, inclusive, formas de mobilização em favor de uma melhor solução para as entidades profissionais.

A diretoria do CFO também esteve com o deputado federal Geraldo Tadeu (PPS-MG), que é CD e está disposto a apoiar todos os projetos de interesse do Conselho.



Miguel Nobre e Jandira Feghali

Uma vitória da odontologia

O Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais conseguiu, no dia 2 de março, uma vitória no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, que garante o funcionamento da autarquia em todo o estado. O ministro Nilson Naves, presidente do STJ, suspendeu os efeitos da ação judicial patrocinada pelo Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais que impedia a cobrança das anuidades de 2004 e de 2003. Novas boletas serão encaminhadas aos cirurgiões-dentistas que ainda não efetuaram o pagamento.

A decisão do ministro garante a retomada da arrecadação das anuidades de 2004 e 2003 e, conseqüentemente, o prosseguimento das ati-

vidades do Conselho, dentre elas: fiscalização do exercício profissional, consultoria jurídica, Programa de Educação Continuada, apuração de infrações éticas, biblioteca, distribuição gratuita do Jornal do CROMG e da revista científica, além de outras.

Segundo o presidente do CRO-MG, Arnaldo Garrocho, se o presidente do STJ não suspendesse a liminar o CRO estaria com seu funcionamento inviabilizado, pois não teria recursos para desempenhar suas funções de regulamentador e fiscalizador do exercício profissional. "Foi uma vitória da odontologia mineira e brasileira", resumiu o presidente do CRO-MG.

Comissão revisa prontuário

O CFO já iniciou a revisão do Prontuário Odontológico, que beneficiará especialmente os cirurgiões-dentistas que enfrentam processos éticos e judiciais e são condenados devido à falta de provas documentais. De acordo com o Código de Ética Odontológica, constitui um dever fundamental dos cirurgiões-dentistas "elaborar e manter atualizados os prontuários de pacientes, conservando-os em arquivo próprio". Visando atualizar o livreto do Prontuário Odontológico, o CFO criou uma Comissão Especial composta pelos CDs Casimiro Almeida, Francisco Julivaldo, Joaquim Cerveira e Rogério Zimmermann.

A comissão consultou todos os cursos de Odontologia do país, cursos de

especialização e entidades representativas da classe para reunir o máximo de informações. Agora, estes dados serão sintetizados e originarão um instrumento que servirá para resguardar, de forma objetiva, os CDs no exercício da profissão.

Com a infra-estrutura oferecida pelo CFO e o apoio logístico do CRO-RJ, a comissão continuará discutindo as propostas até chegar à redação de um relatório final, com um modelo de prontuário que atenda às reais necessidades do exercício clínico atual.

O CFO que saber se os CDs estão interessados em receber um modelo atualizado do livreto. Nesta edição, o Jornal do CFO lança uma enquete para avaliar a questão. Para votar, entre na página www.cfo.org.br

Oral-B®

CROSSACTION® POWER

NOVA!

Visite-nos
no 22º CIOSP
e conheça toda
nossa linha de
produtos

Remove mais Placa Bacteriana do que as Escovas Manuais

Movimento Oscilatório PowerHead™:

Para soltar e remover a placa
mais difícil de ser alcançada,
como a dos dentes posteriores
e a da linha da gengiva.

Fácil substituição do refil:

Basta pressionar o botão
One-Touch™ e deslizar o refil
do cabo até que este se solte.

Cabo emborrachado Comfort Grip:
Proporciona maior controle
mesmo quando molhado.

**Cerdas CrossAction®
Multi-Anguladas:**
Removem a placa bacteriana
entre os dentes.

Cerdas Azuis Indicator®:
Se descolorem até a metade,
sinalizando o momento ideal para
a troca do refil, geralmente
a cada 3 meses.

**Cabo com design anatômico
para maior controle e conforto:**
Cabo alongado, similar ao das
escovas manuais, de fácil uso.

Disponível em
4 combinações de cores

Roxa Rosa Azul Verde



Refil com
2 unidades



**Potente motor para uma
escovação mais eficiente:**
Necessita apenas de uma pilha AA
(pequena), porém oscila a 7.200 RPM
– mais rápida que as marcas
concorrentes.



Pilha Incluída

Atendimento ao Dentista
Brasil: 0800-167252

A língua portuguesa abre

Criada em janeiro em Portugal, a Associação Dentária Lusófona tem como missão promover o intercâmbio entre os oito países de língua portuguesa, na área da saúde bucal. Expectativa é de novas frentes de trabalho para os profissionais da Odontologia brasileira

O artigo 2º do Estatuto da Associação Dentária Lusófona afirma que suas finalidades são o desenvolvimento científico e técnico da odontologia e a promoção dos cuidados da saúde bucal nos países de língua portuguesa, “mediante a colaboração estreita entre as entidades responsáveis desses países”. O protocolo assinado no dia 10 de janeiro de 2004, na cidade do Porto, pelas diretorias da portuguesa Ordem dos Médicos Dentistas e do brasileiro Conselho Federal de Odontologia também faz sua aposta na “melhoria e desenvolvimento da cooperação das relações profissionais internacionais, usando a língua portuguesa como meio de união e de promoção”.



Diretorias do CFO e da OMD (Portugal) após assinatura do protocolo de criação da Associação Dentária Lusófona

Apoio da CPLP

Para se ter uma idéia da dimensão desse acordo, que teve o apoio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, basta avaliar os números dessa comunidade. Os oito Estados membros da CPLP que passarão a integrar também a ADL— Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste – apresentam uma população de 220 mi-

lhões de pessoas distribuída em quatro continentes e PIBs (Produto Interno Bruto, resultado da riqueza gerada por um país em um ano) com potenciais de crescimento. Por outro lado, há visíveis diferenças de infraestrutura, com alguns países bem menos desenvolvidos em setores como saneamento básico. Na área da saúde bucal, por exemplo, há carências gritantes que podem representar novas e inéditas oportunidades de trabalho para os profissionais brasileiros, tendo em vista que, dos oito países membros da ADL, o Brasil é o que apresenta maior avanço nos setores técnico-científico e de especialização profissional.

Países africanos e Timor-Leste são os mais carentes

“A intenção do CFO, com sua participação na ADL, é encorajar



CFO e OMD na embaixada de Moçambique

a formação de órgãos fiscalizadores e de associações nacionais de classe nos países onde elas não existam, estreitar os laços de união e promover troca de experiências, além de ampliar o mercado de trabalho para os profissionais brasileiros nos países de língua portuguesa, onde a Odontologia é, ainda, muito incipiente”, diz o presidente do CFO, Miguel Nobre. De fato, os números falam por si. Enquanto no Brasil a relação é de 85,1 cirurgiões-dentistas para 100 mil habitantes, em Cabo Verde essa relação cai para 1,5 CD/100 mil,



Miguel Nobre faz pronunciamento em nome da odontologia brasileira

portas para a saúde bucal



O presidente do CFO, Miguel Nobre, assina o protocolo

e em países como Angola, Moçambique e Timor-Leste estes índices simplesmente não estão disponíveis.

Manuel Fontes de Carvalho, presidente da Assembléa Geral da Ordem dos Médicos Dentistas, acredita que uma das prioridades da ADL deve ser a de suprir esta quase ausência de atendimento odontológico, notadamente nos países africanos e no Timor-Leste. “O apoio à formação de novos profissionais e até o incentivo à migração de profissionais portugueses e brasileiros para estes países, definido por regras de rigor e inseridos em quadros de cooperação, são realidades que vejo como prioritárias na primeira intervenção (da ADL)”

escreve o CD português em artigo publicado nesta edição.

Defesa da qualidade, segurança e eficácia

A nova instituição, que tem entre suas atribuições atuar junto às autoridades de cada país a fim de implementar uma legislação apropriada à “defesa da qualidade, da segurança e eficácia” dos cuidados odontológicos, bem como ao acesso das populações a tais serviços, recebeu a bênção da CPLP. Em entrevista ao Jornal do CFO, o embaixador brasileiro João Augusto de Medicis, secretário-executivo da CPLP, afirmou: “Ela (ADL) servirá de conduto para iniciativas que permitem uma cooperação

dos países mais desenvolvidos em favor dos menos desenvolvidos”.

Em um planeta onde certas nações têm diante de si o desafio de se desenvolverem economicamente sem perder de vista o atendimento a direitos como alimentação, saúde, educação e moradia, é natural que a Associação Dentária Lusófona seja alvo de tantas expectativas positivas. Resta tor-



CFO e OMD visitam a embaixada de Angola

cer para que elas se cumpram. Pelo bem de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Roteiro de viagem



CFO e OMD são recebidos pelo embaixador do Brasil em Portugal, Paes de Andrade

Após assinar o protocolo de criação da ADL, o Conselho Federal de Odontologia – representado pelo presidente Miguel Nobre, o vice Ailton Rodrigues, o secretário-geral Marcos Santana, o tesoureiro Lester de Menezes e o superintendente executivo Márcio Coimbra – viajou a Lisboa, onde, no dia 11 de janeiro, esteve com profissionais brasileiros que atuam em Portugal. Em seguida, junto com dirigentes da Ordem dos Médicos Dentistas, foi recebido, no dia 12, pelos embaixadores de Angola e de Moçambique, quando conversaram sobre a criação da ADL, que foi muito bem acolhida, vista como um incentivo ao incremento do intercâmbio cultural e da qualidade dos cuida-

dos da saúde bucal prestados às populações de seus países.

O presidente da CPLP e atual embaixador do Brasil em Portugal, Paes de Andrade, recebeu o CFO e a OMD, no dia 13, mostrando satisfação pelo sucesso das negociações.

Já nos dias 14 e 15 foram realizadas as primeiras reuniões de trabalho da Associação Dentária Lusófona, com a participação dos diretores do CFO e OMD, quando foram tratados, preliminarmente, os futuros contatos a serem mantidos com autoridades públicas e com profissionais da área odontológica dos demais países lusófonos: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.



Diretoria do CFO e representante da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa



Leonardo M. Cavalcanti, Pres. CRO-PB

Além de estar à frente de um CRO, Leonardo Marconi Cavalcanti é especialista em Prótese Dentária e em Disfunção Têmporo-Mandibular e Dor Orofacial, doutorando em Dentística e coordenador da especialização em Prótese Dentária da Associação Paraibana de Cirurgiões-Dentistas.

Em seu mandato, Marconi preocupa-se em manter transparentes todas as decisões administrativas e financeiras do Conselho e, principalmente, em combater o exercício ilegal da profissão na Paraíba.

Como seu CRO tem enfrentado o exercício ilegal da profissão?

O exercício ilegal da profissão é algo que nos incomoda profundamente. Aqui, trabalhamos arduamente no combate a quaisquer irregularidades que atentem contra o Código de Ética e buscamos diariamente conscientizar os colegas, bem como a população, pois acreditamos que só com esforço coletivo poderemos solucionar tal situação. Para ilustrar, citamos um fato ocorrido numa fiscalização de rotina, quando flagramos, em uma clínica de Ortodontia da capital, auxiliares de consultório executando condutas pertinentes a cirurgiões-dentistas, sob a supervisão de uma CD. Embasados no Código de Ética, abrimos processos éticos contra todos os envolvidos.

Como está a concentração de cursos de graduação e de profissionais na Paraíba?

Atualmente há duas faculdades de Odontologia, uma na capital e outra em Campina Grande. Cada uma lança no mercado uma média de 160 profissionais por ano. Hoje temos 1.500 profissionais na capital e um total de 1.024 distribuídos pelos demais municípios do estado.

Como está a relação com o Legislativo e o Executivo?

A diretoria do CRO mantém bom relacionamento com os Poderes Legislativo e Executivo, contando com a representatividade da cirurgiã-dentista Laura Emília Lucena, vice-governadora do estado, bem como o deputado federal Benjamin Maranhão, relator do Projeto de Lei nº 5.845 de 2001, de autoria de Orlando Fantazzini, que permite aos Conselhos Regionais fiscalizar o exercício da profissão, com poder para interditar estabelecimentos juntamente, ou não, com outros órgãos sanitários.

O que o senhor destacaria de sua atual gestão?

Alcançamos uma atuação participativa, de forma que hoje todas as categorias integrantes deste CRO têm acesso às decisões e atos administrativos de forma transparente. Destacamos nosso Programa de Educação Continuada, por meio do qual foram ministrados 28 cursos, que possibilitaram a recicla-

gem de um grande número de profissionais da capital e do interior. Com o mesmo objetivo realizamos o I Congresso do Sertão Paraibano na cidade de Patos, conseguindo um maior intercâmbio com os profissionais daquela região. Tivemos grande êxito também na redução da inadimplência, passando de um índice de 57% para

27% através de negociações e parcelamentos.

Pesquisa do site do CFO revelou que mais de 90% dos internautas não crê em possíveis avanços no SUS impulsionados pela 12ª Conferência Nacional de Saúde. O que o

senhor acha disso?

Há um grande contingente de brasileiros cujo direito à saúde e condições dignas de sobrevivência vem sendo ludibriado, com a criação de grandes expectativas e poucas ações por parte das lideranças políticas. É compreensível a incredulidade fren-

te a propostas quando não se dispõe de algo palpável com relação a investimentos.

Como está a atuação do CRO junto aos Conselhos Municipais e Estadual de saúde?

Temos sido vigilantes junto a estes Conselhos buscando uma política igualitária, principalmente em relação ao PSF, lutando por salários dignos para todas as categorias de nível superior, pleiteando a estabilidade trabalhista, ingresso por concurso público e Plano de Cargos, Carreira e Salários.

Tendo em vista a saturação do mercado, o que o senhor diria a um estudante de Odontologia?

É preciso acreditar e investir na profissão. Apesar do alto número de profissionais no mercado, imensa é a população que necessita de cuidados e assistência odontológica. Por isso, cabe a nós lutar pela valorização da classe e exigir do Governo uma política de saúde pública que atenda à população em todas as especialidades, através do SUS, gerando e ampliando a oferta de empregos.

FALE COM O PRES. DO CRO-PB
cro-pb@openline.com.br

Atualize o seu endereço junto ao CRO

Heber de Oliveira, Pres. CRO-TO

Preocupado com a carência de profissionais fora da capital Palmas – que reúne hoje quase a metade dos CDs inscritos no estado – Heber de Oliveira, especialista em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz, defende um plano de interiorização que além de possibilitar a ida do cirurgião-dentista para o interior incentive a sua atualização.

Na presidência do CRO Tocantins, ele destaca a melhoria da fiscalização, desenvolvida paralelamente à divulgação do Código de Ética Odontológica.



Como está a concentração de cursos de graduação e profissionais no Tocantins?

Temos duas faculdades de Odontologia localizadas em Araguaína (Itpac) e Gurupi (Unirg). Há também o projeto de implantação de uma terceira faculdade que está sendo examinado pelo Conselho Estadual de Saúde através de uma comissão formada por profissionais representantes das quatro opções: Odontologia, Medicina, Fisioterapia e Enfermagem. Somos atualmente 966 inscritos; destes, cerca de 800 profissionais trabalhando, dos quais aproximadamente 300 em Palmas.

Quais os principais desafios políticos da Odontologia no Tocantins?

Fazermos com que toda a nossa população, que depende do atendimento público, possa realmente ser assistida. Para isso precisamos de uma política que incentive a ida do profissional para o interior e dê a ele condições de se atualizar ou de se especializar dentro deste plano de interiorização, com menos despesas, uma vez que o salário, invariavelmente baixo, é um dos fatores determinantes da não especialização ou atualização.

Como está a relação do CRO-TO com o Legislativo e o Executivo?

É positiva com ambos os poderes, tanto na esfera estadual quanto na federal. Na Assembléia Legislativa, temos como chefe de gabinete do deputado Valuar Barros um colega que nos representa, Genésio Pessoa Albuquerque Júnior.

Que ações o senhor destacaria de sua atual gestão?

A transparência na forma de condução do CRO-TO. Temos por base a orientação e fiscalização do exercício profissional e a valorização do profissional recém formado e recém chegado no Tocantins. Procuramos incrementar, através do nosso serviço de fiscalização, a divulgação do Código de Ética Odontológica, e fazer com que o nosso colega procure divulgar a sua especialidade. Também combatemos o exercício ilegal da profissão, e o fazemos através das parcerias com as Secretarias Municipal e Estadual de

Saúde, Vigilância Sanitária Municipal e Estadual e Promotorias de cada município onde houver profissional ilegal. A promotora de saúde do nosso estado, Maria Roseli Almeida Pery, oficia ao procurador geral do Estado e assim a nossa parceria vem obtendo um grande sucesso.

Em dezembro, aconteceu a 12ª Conferência Nacional de Saúde,

que prometia ser um novo marco na história da saúde pública brasileira e do SUS, desde a Constituição de 88. Qual sua avaliação do encontro?

A nossa avaliação é altamente positiva, uma vez que sentimos que o Brasil realmente está mudando e para melhor. A junção de forças determinantes – usuários, gestores e trabalhadores em saúde – faz com que as nossas esperanças de um SUS efetivamente voltado para a função social se concretize.

Na sua opinião, a atuação do governo Lula na área da saúde

está conseguindo fazer a esperança vencer o medo?

Sim. As indicações de que isso pode acontecer estão explicitadas nas ações conjuntas que vão desde a maior importância à Conferência Nacional de Saúde, às normas de implantação de novas faculdades, até a concessão de mais apoio financeiro para a saúde.

Tendo em vista a saturação do mercado de trabalho para o cirurgião-dentista, que conselho o senhor daria para um estudante de Odontologia?

Que não escolha fazer odontologia pela certeza do enriquecimento rápido, e sim pela necessidade de estar sempre se atualizando, uma vez que a tecnologia “atropela” quem não a domina. E, principalmente, faça do seu atendimento uma forma de analisar não apenas o problema que o paciente levou, mas o paciente de uma forma integral, coordenando as emoções e as reações daquele que confia a nós a sua saúde com a certeza de que será bem atendido.

“No Tocantins, somos 966 inscritos; destes, cerca de 800 profissionais trabalhando, dos quais aproximadamente 300 somente na capital, Palmas”

FALE COM O PRES. DO CRO-TO
cro-to@uol.com.br

Proteja-se: não assine convênio se a empresa não estiver inscrita em seu CRO

Pacientes muito especiais

Vanor Correia/Descrição da Imagem

Após a avaliação realizada através de concurso, defesa de memorial e comprovação de cargo no magistério, 265 CDs são registrados como especialistas em Pacientes Especiais no país

Para uma cirurgiã-dentista, ouvir de um paciente “você é uma mãe para mim” surpreende e emociona. Mas este carinho é apenas o resultado de uma abordagem que começa na sala de espera de um consultório que atende pacientes especiais. A “mãe” é a CD Ana Claudia Ferreira, do Rio de Janeiro, e o seu “filho”, Roberto Putz, 46 anos, possui um retardo mental como seqüela de uma meningite contraída após o nascimento.

Além de pacientes com problemas físicos, mentais e de comportamento, as áreas de competência da especialidade Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais – aprovada em setembro de 2001 – incluem grávidas, diabéticos, cardíacos e portadores de HIV. Ao contrário do excessivo número de CDs no Brasil – 189.359 – estes especialistas ainda somam uma quantidade muito pequena frente à abrangência de pacientes que concentra.

“O número de especialistas ainda está muito aquém da necessidade, mas com sua aprovação e a possível inserção de matérias na graduação a Odontologia para Pacientes Especiais se desenvolverá”, opina a especialista Geisa Lima, do Rio Grande do Sul.

Contato multidisciplinar

Como alguns pacientes precisam ser sedados, medicados ou anestesiados, o contato multidisciplinar é muito importante. “O CD deve conhecer o histórico médico do paciente, quais medicamentos ele pode ou não utilizar”, acrescenta Geisa.

A forma de abordar o paciente também pode ser um diferencial. “Quando você conversa com o paciente e conquista sua confiança é possível realizar o tratamento de maneira mais confortável e segura



Dra. Ana Cláudia atende o pequeno Francisco ao lado da Auxiliar de Consultório Dentário

tanto para ele como para o CD”, explica Ana Claudia. Roberto, por exemplo, apresenta uma dificuldade de aprendizado porque facilmente esquece o que ouviu ou falou. Porém, no consultório da “mãe” Ana sempre lembra dos gestos que pode fazer ou evitar durante o tratamento.

Diálogo com pais

A sensibilidade do CD para dialogar com o paciente e seus familiares também é essencial e não só para manter atualizado o histórico do paciente como também para explicar aos responsáveis os procedimentos que podem ser adotados para estabilizá-lo durante o tratamento. Segundo Ana Claudia, cerca de 20% dos pacientes precisam de algum tipo de sedação para que os procedimentos possam ser feitos.

O diálogo com os pais é importante também para chamar a atenção do núcleo familiar para a saúde bucal. Muitos dos pacientes especiais não fazem uma boa escovação porque não têm boa coordenação motora e os familiares devem aprender a acompanhá-los em momentos como este. Segundo a CD Verônica Dutra, do Tocantins, “geralmente os pais dos pacientes especiais já têm

tantos problemas para resolver com os cuidados do filho que deixam a boca como último lugar para dar atenção. Então, quando percebem, já são muitos os problemas”.

A jornalista Laís Pimentel, mãe de Francisco, de três anos, é o exemplo que foge à regra. Nascido com Síndrome de Down, ele operou o coração com apenas 20 semanas de vida. Um alerta do médico para a possibilidade de bactérias desenvol-

vidas na boca – em decorrência de cáries, por exemplo – causarem complicações no coração de seu filho foi o suficiente para que Laís dedicasse uma atenção especial à saúde bucal de Francisco. “Desde de um ano o levo ao cirurgião-dentista. Ele possui uma dentição perfeita, sem nenhuma cárie”, orgulha-se a jornalista.

ANA FREITAS

Pacientes especiais no Brasil

A aprovação da especialidade representa mais um avanço para a odontologia brasileira. Em muitos países desenvolvidos, não há uma preocupação com o tratamento dentário de pacientes especiais. Laís, por exemplo, morou em Londres durante 12 anos e desde o nascimento de Francisco tentava marcar uma consulta com cirurgiões-dentistas do serviço público inglês, sem sucesso. “Sempre utilizei o serviço público de saúde da Inglaterra, que é muito bom. No entanto, com um CD nunca conseguimos atendimento”, explica Laís. Ainda segundo ela, “não faz parte

da cultura estética do país a saúde bucal. Eles realmente não ligam para a aparência dos dentes”.

Por essa dificuldade de conseguir atendimento com CDs ingleses, Laís aproveitava suas vindas ao Brasil para levar o filho ao consultório de Ana Claudia. “Morei muito tempo na Inglaterra e posso afirmar com convicção que o Brasil não fica atrás de países europeus com relação ao tratamento odontológico, muito menos com relação ao atendimento de pessoas com Síndrome de Down”, completa a jornalista, que há um mês voltou a morar no país.

Nova diretoria na ABO Nacional

No dia 30 de janeiro, o cirurgião-dentista Norberto Francisco Lubiana tomou posse no cargo de presidente da Associação Brasileira de Odontologia em uma solenidade que contou com a presença de representantes de 19 Seções da ABO, além de outras entidades da Odontologia e autoridades. Durante a cerimônia, que ocorreu em Vitória (ES), também foi apresentado o Plano de Metas para a Gestão 2004-2007 e homenageado o Conselho Executivo da ABO do período de 1994-2003.

O coordenador de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, Gilberto Pucca, representou o Ministério da Saúde e ressaltou que há tempos a Odontologia não vive uma relação tão produtiva e saudável como agora e que o Governo realmente está muito comprometido com a Saúde Bucal.

Pucca também agradeceu ao ex-presidente Henrique Teitelbaum “pela gestão compartilhada e que propiciou o maior levantamento epidemiológico do mundo, que englobou 1.500 cirurgiões-dentistas, motivo de orgulho para a Odontologia”.

O presidente em exercício do CFO, Ailton Diogo Rodrigues, também esteve presente e parabenizou a ABO pelas conquistas obtidas e pela escolha do novo presidente. “Temos certeza que continuaremos no mesmo caminho”, afirmou.

Entre as metas apresentadas para a nova gestão estão a ampliação do número de Regionais da ABO em todo o Brasil, a aquisição de uma sede própria para a ABO em São Paulo e a luta por mais verbas para a Saúde buscando maior participação da Odontologia no bolo orçamentário.

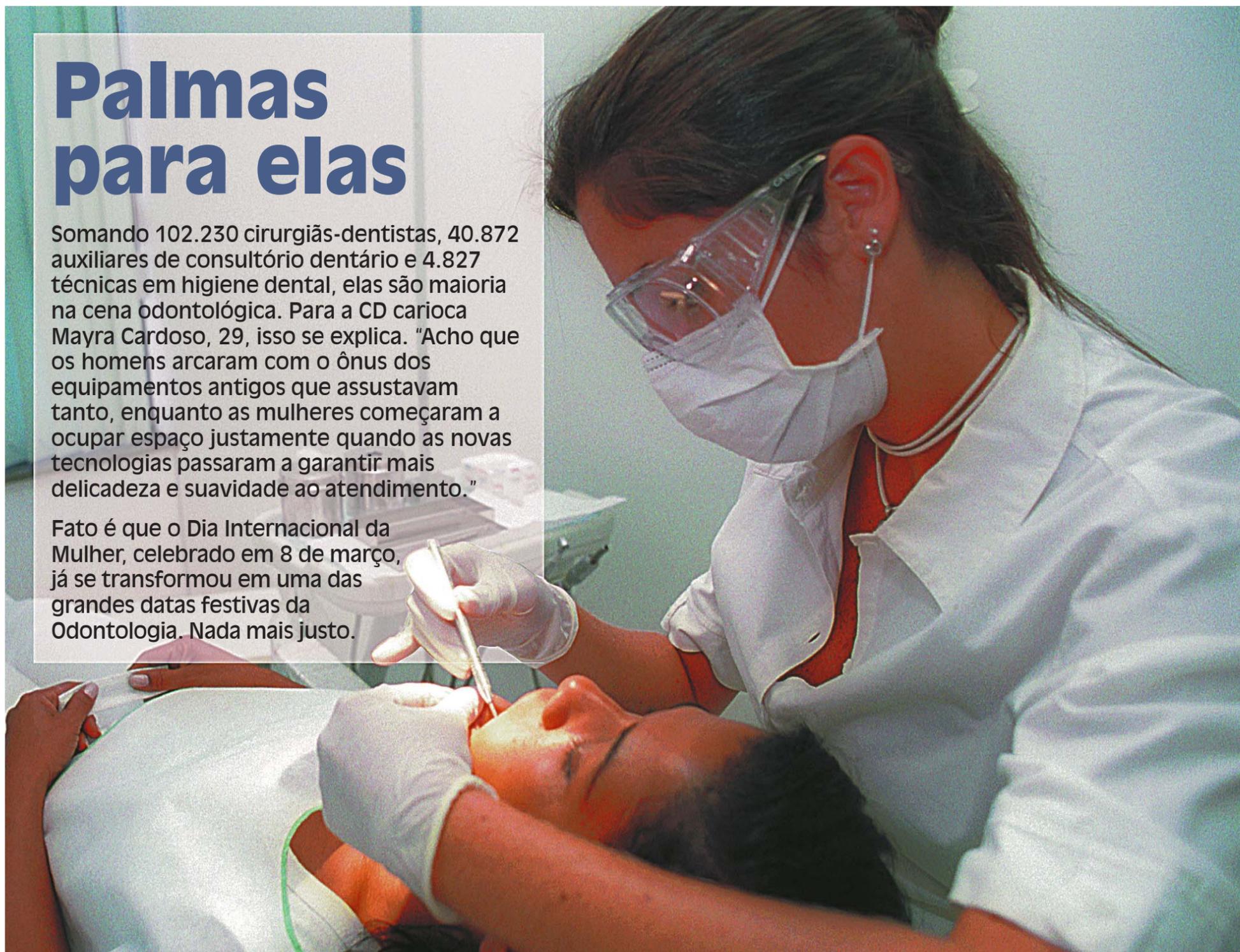


O novo presidente da ABO, Norberto Lubiana (segundo a partir da esquerda), recebe, após sua posse, o cumprimento dos conselheiros e diretores do CFO

Palmas para elas

Somando 102.230 cirurgiãs-dentistas, 40.872 auxiliares de consultório dentário e 4.827 técnicas em higiene dental, elas são maioria na cena odontológica. Para a CD carioca Mayra Cardoso, 29, isso se explica. "Acho que os homens arcaram com o ônus dos equipamentos antigos que assustavam tanto, enquanto as mulheres começaram a ocupar espaço justamente quando as novas tecnologias passaram a garantir mais delicadeza e suavidade ao atendimento."

Fato é que o Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, já se transformou em uma das grandes datas festivas da Odontologia. Nada mais justo.



AGENDA

XVII Congresso Pernambucano de Odontologia

02 a 05 de abril de 2004
Recife - PE
Tema: "A Evidência Científica na Evolução da Odontologia"
Informações:
www.copeo.com.br
Tels: (81) 3421-5321/ 3222-1036

4º Congresso Internacional de Osseointegração

06 a 09 de maio de 2004
São Paulo - SP
Informações: 0800-128555

8ª Jornada Gaúcha de Ortodontia e Ortopedia Facial

16 e 17 abril de 2004
Porto Alegre - RS
Informações: (51) 3330-9583 Fax: 3332-7478
E-mail: sogaor@sogaor.org.br

Aboprev Porto Alegre 2004

30 de abril a 2 de maio
Inscrições e informações:
www.aboprev.org.br
Tel/Fax: (51) 3316 5193
E-mail:
aboprev_poa@yahoo.com.br

CPI dos Planos de Saúde: relatório final

Instalada no dia 10 de junho de 2003, a CPI dos Planos de Saúde concluiu seus trabalhos no dia 25 de novembro, com a aprovação do relatório final, de autoria do deputado Ribamar Alves (PSB-MA).

Neste relatório, a CPI apresentou um Projeto de Lei que altera significativamente a lei dos planos de saúde (n.º 9.656, de 3 de junho de 1998) modificada pela Medida Provisória n.º 2.177-44, de 24 de agosto de 2001. Algumas das alterações propostas são: obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais de

Odontologia e Medicina, proibição do cheque caução, criminalização dos falsos planos e cartões de desconto, obrigatoriedade de contratos entre operadoras e prestadores, redução da carência para doenças preexistentes, fiscalização de planos coletivos pela ANS, ações de prevenção, repasse automático de reajustes a prestadores, melhoria do ressarcimento ao SUS, como condição para funcionamento das operadoras.

VEJA A ÍNTEGRA DO RELATÓRIO NA PAGINA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
www.camara.gov.br

João Augusto de Medicis, secretário-executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Odontologia integrando povos



Acaba de ganhar um aliado de peso a cruzada diplomática empreendida há oito anos pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em favor de uma agenda de desenvolvimento para seus oito Estados membros. Este aliado, visto com muita simpatia pelo embaixador brasileiro João Augusto de Medicis, secretário-executivo da CPLP, chama-se Associação Dentária Lusófona, criada em janeiro pela Ordem dos Médicos Dentistas e o CFO.

Nesta entrevista, dada por telefone de Lisboa, ficou registrada a esperança de que os países de língua portuguesa possam ter na saúde bucal mais um elemento de integração social, cultural e política.

MARCELO PINTO

Levando em conta a experiência e estrutura que possui, de que forma a CPLP pode contribuir com a meta da Associação Dentária Lusófona de promover saúde bucal nos países de língua portuguesa?

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa possui três objetivos principais, que são a consolidação da língua portuguesa, a consolidação político-diplomática e a cooperação técnica entre seus oito países membros. Neste último aspecto, temos uma série de iniciativas em andamento. Em março participaremos de uma reunião em São Tomé e Príncipe sobre malária, e já no segundo semestre estará funcionando o Centro de Excelência Empresarial em Luanda, Angola, que foi uma realização da CPLP com o intuito de formar empresários para colaborar na reconstrução do país.

No campo da saúde há algum trabalho desenvolvido com o apoio da CPLP?

Por enquanto não há. Tenho certeza que a criação da Associação Dentária Lusófona poderá proporcionar condições para isso, unindo os profissionais de odontologia que poderão servir aos países mais carentes de cooperação.

Nesse caso, a ADL pode vir a ser um instrumento

estratégico no intercâmbio entre os países membros da CPLP, na área da saúde bucal?

Certamente. Ela servirá de

conduto para iniciativas que permitem uma cooperação dos países mais desenvolvidos em favor dos menos desenvolvidos.

Como ainda não há, no universo da CPLP, nenhuma grande iniciativa de promoção de saúde, a ADL poderia ser o indutor de uma ação pioneira nesse campo?

Perfeitamente. Creio que a palavra certa é essa: indutor. A ADL pode ser um indutor a mais em um campo que ainda não foi explorado pela CPLP.

“A Associação Dentária Lusófona pode ser um indutor a mais em um campo que ainda não foi explorado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”

CPLP: o que é e quais seus objetivos

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é o fórum multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade e da cooperação entre os seus 8 membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Criada em 17 de Julho de 1996, a CPLP tem como objetivos gerais: 1) a consolidação político-diplomática entre seus Estados membros, reforçando sua presença no cenário internacional; 2) a cooperação em todos os domínios, como educação, saúde, ciência e tecnologia, entre outros; 3) a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

Sua sede está em Lisboa, Portugal

O secretariado executivo é o principal órgão executivo da CPLP, que implementa as

decisões dos três órgãos deliberativos (Conferência, Conselho e Comitê).

É dirigido pelo secretário executivo, alta personalidade de um dos países membros, eleito rotativamente, por um mandato de 2 anos, que pode ser renovado uma única vez. O cargo é atualmente ocupado pelo embaixador brasileiro João Augusto de Medicis, diplomata de carreira, nascido na cidade de Recife. O secretário executivo é auxiliado em suas funções pelo secretário executivo adjunto, Dr. Zeferino Martins, de nacionalidade moçambicana.

O fator de unidade representado pela língua portuguesa tem fundamentado uma atuação conjunta cada vez mais significativa e influente, no cenário mundial, para os oito Estados membros da CPLP, que englobam 220 milhões de pessoas distribuídas por quatro continentes.



Nossa Associação Dentária Lusófona

Manuel Fontes de Carvalho,
Ordem dos Médicos Dentistas de Portugal

A Associação Dentária Lusófona era um projeto de gênese da Ordem dos Médicos Dentistas ainda no tempo em que eu era Bastonário (N.R.: o equivalente no Brasil ao presidente), isto é, sua gestação ideológica conta mais de cinco anos. Iniciou-se quando a Ordem dos Médicos Dentistas colaborou, pela primeira vez, com o governo de Moçambique na formação de um curso privado de Medicina Dentária naquele país.

Inicialmente, apenas o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal colaborou. Posteriormente, quando a idéia da ADL começou a amadurecer, obtivemos o apoio político da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que se espera venha a ter um papel preponderante no próximo futuro.

Creio que inicialmente a Associação deve preocupar-se em ajudar a criar as Organizações de Profissionais (N.R.: correspondentes aos conselhos profissionais brasileiros) em cada um dos países para, em conjunto com eles, definir as prioridades de intervenção.

Julgo não faltar muito à realidade se disser que tudo ou quase tudo está

por fazer em cada um dos países africanos de expressão portuguesa. O apoio à formação de novos profissionais e até o incentivo à migração de profissionais portugueses e brasileiros para estes países, definido por regras de rigor e inseridos em quadros de cooperação, são realidades que vejo como prioritárias na primeira intervenção. Naturalmente que, excetuando Macau, todos os países de língua portuguesa integrantes da CPLP carecem de quase tudo ou mesmo tudo, na área da saúde oral.

Neste momento, a ADL apenas nasceu na cidade do Porto com o protocolo entre a Ordem dos Médicos Dentistas e o Conselho Federal de Odontologia, supervisionado pela CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Seria excelente que a primeira eleição da Associação Dentária Lusófona se realizasse no Rio de Janeiro, durante a festa de 40 anos de aniversário do Conselho Federal de Odontologia.

FALE COM O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ORDEM DOS MÉDICOS DENTISTAS
fontescarvalho@mail.pt

Odontologia brasileira a serviço de todos

ABCD (Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas)
Tel. (11) 6223-2333
Fax (11) 6221-3612
E-mail: secretariabcd@apcd.org.br

ABO (Associação Brasileira de Odontologia)
Tel/Fax. (51) 3332-7492
E-mail: abon.voy@zaz.com.br/
Site: www.abonac.org.br

Abeno (Associação Brasileira de Ensino Odontológico)
Tel/Fax. (31) 3232-9286
E-mail: abeno@abeno.br
Site: www.abeno.org.br

AcBO (Academia Brasileira de Odontologia)
Tel/Fax. (21) 2547-8266
E-mail: pgbrigagao@netrio.com.br
Site: www.acbo.org.br

CFO (Conselho Federal de Odontologia)
FIO (Federação Interestadual dos Odontologistas):
Tel (62) 285-4619
Fax (62) 285-4824
E-mail: soego@zaz.com.br
Site: www.fio.org.br

FNO (Federação Nacional dos Odontologistas):
Tel (21) 2233-5879
Fax (21) 2263-6635
E-mail: fno@arras.com.br



PROFISSIONAIS DE ODONTOLOGIA CARÊNCIA ZERO. CONTRATO EXCLUSIVO

A Unimed pensando na sua saúde, firmou contrato **EXCLUSIVO** com o Conselho Federal de Odontologia e, mais uma vez, quem ganha é você. Confira as vantagens:

- Mais de 11 milhões de usuários.
- 90 mil técnicos cooperados.
- Cobertura em todo o território nacional.
- Planos Básico e Especial.

Carência zero, exceto parto, para todos os profissionais de Odontologia e seus dependentes.

Ligue agora e faça a sua adesão
0300-789-6650*

Promoção por tempo limitado.

PLANO NACIONAL - VALORES POR USUÁRIO

FAIXAS ETÁRIAS	BÁSICO	ESPECIAL
00 a 17 anos	R\$ 76,89	R\$ 93,46
18 a 29 anos	R\$ 96,97	R\$ 117,87
30 a 39 anos	R\$ 113,83	R\$ 133,58
40 a 49 anos	R\$ 137,30	R\$ 165,76
50 a 59 anos	R\$ 187,60	R\$ 225,52
60 a 69 anos	R\$ 368,60	R\$ 448,77
70 ou mais	R\$ 460,64	R\$ 559,63

Taxa de Inscrição: R\$ 50,00

Conforme Cláusula Contratual 10.8, a Tabela sofrerá reajuste anual em maio de 2004.

*Custo da ligação: R\$ 0,29 + impostos

JORNAL DO CFO
Av. Nilo Peçanha, 50 - Grupo 2316
CEP 20044-900
Rio de Janeiro/ RJ

Jornal do Conselho Federal de Odontologia · Ano 12
Nº 58 · Jan/Fev de 2004
Edição nacional 265 mil exemplares

IMPRESSO ESPECIAL CONTRATO Nº 050200293-0 ECT/DR/RJ CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

